



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado,
O Presidente da Câmara Municipal,

CADERNO DE ENCARGOS

**Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e
Corretiva das Máquinas do Município**

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Vila Velha de Ródão, pessoa coletiva 506642798 sito na Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, com o número de telefone 272 540 300, de fax 272 540 301 e com o e-mail: geral@cm-vvrodao.pt.

Artigo 2.º

Objeto do Procedimento

O procedimento tem por objeto a celebração de um contrato misto que visa assegurar, as Prestações de Serviços de Manutenções Preventivas e Corretivas das Máquinas do Município, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste Caderno de Encargos.

Artigo 3.º

Local da Prestação de Serviços

A prestação de serviços referida do artigo 2.º, e discriminados na parte II deste Caderno de Encargos será efetuada:

- a) Para as reparações correntes – nas instalações do adjudicante;
- b) Para as grandes reparações – nas instalações do adjudicatário, sendo o transporte responsabilidade do Município.

Artigo 4.º

Prazo de Execução

1. O contrato inicia-se com a sua assinatura e termina no final do ano de 2026, salvo se, entretanto, se esgotar o valor do contrato;
2. As reparações correntes das máquinas deverão ser executadas no prazo de 5 (cinco) dias, de acordo com as necessidades do município, contados da comunicação da necessidade de reparação;
3. As Grandes Reparções das máquinas deverão ser executadas no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com as necessidades do município, contados da entrega da máquina nas instalações do adjudicatário

Artigo 5.º

Condições de Pagamento

1. O pagamento é efetuado a 30 dias da emissão da fatura, nos termos da proposta adjudicada.
2. Em caso de discordância por parte da adjudicatária, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, esta deve comunicar ao Adjudicatário, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 6.º

Valor

1. Pelo contrato misto objeto desta consulta, bem como pelo cumprimento das demais

obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Velha de Ródão deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, cujo valor total se estima em **54.040,00 € (cinquenta e quatro mil e quarenta euros)**, acrescido de IVA á taxa legal em vigor.

- O valor referido no ponto anterior é a soma dos montantes estimados das prestações de serviços referidos no artigo 2º, ou seja:

<i>Reparações correntes:</i>			
	<i>Quantidade</i>	<i>Preço</i>	<i>Total</i>
<i>Serviço</i>	250 Horas	37,00 €/Hora	9.250,00 €
<i>Deslocação</i>	24	85,00€	2.040,00 €
<i>Peças/Material</i>			14.000,00 €
<i>Sub-Total</i>			25.290,00 €

Ano de 2025 – 70%; Ano de 2026 – 30%

<i>Grandes Reparções:</i>			
	<i>Quantidade</i>	<i>Preço</i>	<i>Total</i>
<i>Máquinas afetas às obras por administração direta</i>			4.878,00 €
<i>Máquinas afetas ao serviço de águas</i>			6.097,00 €
<i>Outras Máquinas</i>			17.775,00 €
<i>Sub-Total</i>			28.750,00 €

Ano de 2025 – 100%

Artigo 7.º

Conversão entre Rubricas

- Fica salvaguardada a possibilidade de, no decorrer do contrato, virem a ser feitas as seguintes conversões:
 - Conversão das rubricas de grande reparação em reparações correntes assim como o inverso;
 - Conversão dos valores de prestação de serviço em peças e material, assim como o inverso;
- Na conversão mencionada na alínea b) o valor de prestação de serviços final não poderá exceder o valor de peças/material.

Artigo 8.º

Contrato

- O procedimento dará lugar a contrato escrito, que será assinado nos termos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual;
- O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
- Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - Os esclarecimentos e as retificações do caderno de encargos identificados pelo adjudicatário, desde que esses esclarecimentos e as retificações tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) O caderno de encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

Artigo 9.º

Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos, da proposta e da adjudicação decorrem, para o Adjudicatário, as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de executar os trabalhos solicitados, dentro do prazo e de acordo com as características e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos;
- b) O Adjudicatário é responsável perante o município por qualquer defeito nas reparações;
- c) O Adjudicatário garante as reparações no âmbito deste Caderno de Encargos pelo prazo de 12 meses a contar da entrega das viaturas;
- d) A Garantia das peças será pelo período de dois anos, contra defeitos de fabrico, ou outro qualquer definido na proposta pelo Adjudicatário, desde que seja superior a dois anos;
- e) Dentro do prazo de garantia, sempre que detetada alguma anomalia a Câmara Municipal notificará o fornecedor para que, dentro de um prazo razoável de 2 dias concedido pela Câmara, proceda à reparação.

Artigo 10.º

Obrigações da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos, da proposta e da adjudicação decorrem, para a entidade adjudicante, a obrigação de pagar as faturas de acordo com as condições referidas no artigo 5.º

Artigo 11.º

Penalidades

- 1. No caso de cumprimento defeituoso na prestação de serviço, e por causa imputável ao adjudicatário, o mesmo deverá proceder a nova reparação sem custos adicionais para o Município;
- 2. No caso de incumprimento dos prazos fixados no artigo 4.º do presente caderno de encargos, desde que não fundamentado como caso de força maior e reconhecido pela Adjudicante, a entidade adjudicante pode, a título sancionatório, aplicar uma multa de 200,00€ por cada dia de atraso;
- 3. Se o atraso referido no número anterior inviabilizar a realização da prestação de serviço, tem o 1º. Outorgante o direito de rescindir todo o contrato, sem que o outorgante tenha direito a qualquer indemnização.

Artigo 12.º

Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º. do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13.º**Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 14.º**Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, e no artigo 9.º do presente caderno de encargos a entidade adjudicante pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar, de forma grave as suas obrigações;
2. Considera-se que existe violação grave das suas obrigações por parte do adjudicatário, sempre que:
 - a. Seja provado que as reparações foram defeituosamente executadas e o adjudicatário não se responsabilizar pelo facto;
 - b. Haja violação dos prazos estabelecidos mais que três vezes.
3. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Artigo 15.º**Resolução por parte do Adjudicatário**

Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato se a Câmara Municipal deixar de cumprir as obrigações previstas no artigo 10.º do presente caderno de encargos, atrasando os pagamentos para além de 60 dias.

Artigo 16.º**Objeto do Dever de Sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e na documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Artigo 17.º**Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário obriga-se a cumprir a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto), ou diploma legal que sobrevier, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), ficando obrigado, nomeadamente:

1. A garantir o dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o Município, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. Não utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.
3. A garantir o dever de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o Adjudicatário e o Município e também depois do final da relação entre o Adjudicatário e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços.
4. A devolver, mediante solicitação por escrito do Município, todos os documentos e registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso por virtude dos contactos profissionais com o Município.
5. Notificar imediatamente o Município caso perca a informação e/ou dados pessoais ou parte deles, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

Artigo 18.º**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificada no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 19.º**Resolução de Litígios – Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 20.º**Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

Não é permitida a subcontratação ou cessão da posição contratual para efeitos de cumprimento do objeto do contrato.

Artigo 21.º**Legislação Aplicável**

O procedimento é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e legislação conexas.

PARTE II

Especificações técnicas

Reparações e revisões nas Máquinas Retroescavadoras, de acordo com as seguintes especificações técnicas:

1- A Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão pretende que o adjudicatário, ao longo de 365 dias, preste a prestação de serviços de reparação das Maquinas abaixo discriminadas, sempre que se verifique a necessidade do respetivo serviço de acordo com as cláusulas constantes deste caderno de encargos, as reparações a ser efetuadas poderão ser relativamente a:

- Reparações em avarias no sistema elétrico;
- Reparações em avarias no sistema mecânico;
- Reparações em avarias no sistema hidráulico;
- Revisões de quilometragem estabelecido no manual da viatura;
- Substituição de filtros
- Substituição de óleo;
- Substituição de outras peças não especificadas;
- Verificação de níveis.
- Substituição de peças diversas;
- Substituição de acessórios diversos;
- Verificação fuga de óleo e ou água;
- Serviços bate chapas e pintura.

2- As Máquinas que necessitam de reparações e revisões, a que se refere o presente Caderno de Encargos, poderão ser as seguintes:

Equipamento	Matricula	Marca	Tipo	Nº. Série
JCB – 3CX	00-NN-95	JCB	Retroescavadora	2002493
Volvo BL 61BV	33-PX-40	Volvo	Retroescavadora	00230114
Case W1102D		Case	Cilindro	JKC8108109
Cat D6D		Caterpillar	Bulldozer	75W02640
Cat CB 224D		Catterpillar	Cilindro	8RZ00324
Mitsubishi MG 230		Mitsubishi	Motoniveladora	2GA00726
Case 60XT		Case	Mini Escavadora	JAF409460
Case IH-FE	06-TE-78	Case	Trator	ZHLN02535